



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

VOLTANDO A CENA: A MAÇONARIA PERNAMBUCANA E O FIM DO ESTADO NOVO

Augusto César Acioly Paz Silva¹

Resumo: Este texto tem como objetivo central discutir as estratégias de atuação e a maneira como os maçons pernambucanos, a partir do final do Estado Novo, inseriram-se nos debates e nas ações políticas do período pós-Estado Novo, inclusive destacando, qual a memória que eles elegeram para construir sobre a instituição durante os Tempos de Agamenon fase em que permaneceram na ilegalidade.

Palavras-chave: Maçonaria. Estado Novo. Ilegalidade e Tempos de Agamenon.

A POLÍTICA EM PERNAMBUCO, A MAÇONARIA E SUA REORGANIZAÇÃO NO PÓS- ESTADO NOVO

A estratégia do governo de Agamenon Magalhães (1937-45) com relação à Maçonaria pernambucana ao longo do período em que esteve no poder foi a de não permitir a reorganização maçônica, ainda que diante das solicitações realizadas por alguns dos seus membros por meio de ofícios ou até mesmo de bilhetes enviados aos representantes do governo e do poder policial no Estado. As motivações que engendraram tal posição podem ser respondidas em grande medida pelo perfil de aproximação com setores ligados a uma elite intelectual e conservadora, de extrato católico que ocuparia durante os setes anos do seu governo postos-chaves da administração do referido interventor. Ao lado deste aspecto, outro que merece destaque foi o de um forte processo de desmobilização que tomou conta da maçonaria pernambucana, com o Golpe de Outubro de 1937 e a sua posterior proscrição a partir de Novembro do mesmo ano. Estes elementos se constituem em indícios importantes para que possamos compreender porque em Pernambuco, as atividades maçônicas permaneceriam totalmente suspensas a partir de 1937, realidade que não ocorreu em outras partes do Brasil.

¹Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Curso de História da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e atualmente coordena o curso de História da Autarquia de Educacional de Afogados da Ingazeira.

Diante deste cenário o ano de 1945 foi decisivo para o ocaso do regime estadonovista, regime que devido à falência dos regimes totalitários e fascista, na Alemanha e Itália o final da II Guerra Mundial que passou a simbolizar o avanço do ideário democrático, tornaram-se elementos importantes para que o Estado Novo, enquanto regime político passasse a sofrer questionamentos, dos setores mais progressistas e liberais que não aceitavam mais este modelo político como a “melhor” solução para conduzir os destinos da nação e de Pernambuco.

A partir de março de 1945, as forças policiais do regime, passaram a atuar de forma mais repressiva frente às manifestações em prol da redemocratização, era a pressão para que a Democracia voltasse. Tal questionamento, não era visto com bons olhos por parte daqueles que se encontravam ainda a frente do Estado, mesmo em tempos de desestruturação. A gota d’água para esta realidade foi o assassinato do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias, que se encontravam num ato político na Praça do Diário, no centro do Recife, em prol do fim do Estado Novo.

Neste clima de distensão quando o regime autoritário, implantado em 1937 começava a demonstrar os seus limites, passando a ter a sua legitimidade, cada vez mais questionada, a Maçonaria pernambucana começou um processo de rearticulação das suas forças, tendo como horizonte, a iminência da volta à ordem democrática.

A saída de Agamenon Magalhães, do governo estadual em fevereiro de 1945 e a reconfiguração política que o país atravessava, com os questionamentos por parte da sociedade, imprensa e intelectuais a respeito da legitimidade do Estado Novo, numa conjuntura mundial onde a Democracia reaparecia como um sistema político que voltava a ser compreendido como alternativa política importante, principalmente, devido ao ideário que foi se impondo com a vitória dos aliados sobre os regimes autoritários, apresentou-se no interior do discurso político brasileiro, como mais um dos argumentos necessários para que o regime varguista passasse a ser visto como em vias de superação, abrindo desta forma, principalmente em Pernambuco, a possibilidade para que os maçons do estado reconquistassem os seus espaços e reativassem os seus trabalhos.

Como exemplo dessa nova realidade e do acesso aos membros da burocracia estadonovista pelos maçons como pontes para espaços de decisão, pode ser percebido pelo bilhete encaminhado por Geraldo, um dos assessores do governo que trabalhava diretamente no gabinete do Interventor Etelvino Lins. No bilhete encaminhado a Fabio Correia, Delegado Regional ligado à Secretária de Segurança Pública de Pernambuco, utilizando um tom de amizade, Geraldo apresentava um dos filiados da Loja Frei Caneca, da cidade de Limoeiro. Na sua apresentação, o assessor do gabinete do interventor interino, utilizava-se dos seus conhecimentos nos bastidores do poder para que o seu amigo pudesse reaver e ter acesso aos arquivos e material da respectiva oficina maçônica, que tinha sido apreendido pela Secretária de Segurança Pública do Estado em 1937. Geral assim reportava-se ao delegado regional:

Amigo Fábio,

Vai ate ai, entender-se consigo o amigo... Abdias Melo. [...] representa ele a Loja Maçônica de Limoeiro e deseja saber algo sobre as possibilidades de devolução do arquivo da dita Loja [...] Embora trate-se de pessoa amiga e até seu subordinado, ficarei grato pela atenção que ele puder ser dispensada. Abraços do amigo, Geraldo².

Como podemos observar a partir do bilhete acima apresentado, utilizando-se de funcionários que ocupavam cargos do destaque no interior da burocracia do Estado, os maçons através de suas redes de sociabilidade forjadas independentemente da sua condição maçônica, pretendiam através destas articulações reativarem os trabalhos da instituição no Estado. A forma como o bilhete foi produzido expressa a preocupação de Geraldo em apresentar o representante da loja maçônica dentro da mais alta referência, apontando inclusive que além de seu amigo pessoal ainda tinha como outras referencias o fato de ser um funcionário da Secretária de Segurança, possivelmente alguém ligado a força policial da cidade de Limoeiro. Pelo que observamos a solicitação não foi atendida prontamente uma vez que ainda em março de 1946 os arquivos da Loja em questão não teriam sido enviados para os solicitantes³.

O exemplo acima ajuda a ilustrar, além das redes de conexão dos maçons com figuras que desempenhavam funções importantes no interior da administração do Estado, o processo de rearticulação destes sujeitos no Estado, no sentido de que uma vez que a ordem democrática encontrava-se na iminência de constituir-se após “sombrios tempos de intolerância”. Assim, encontravam-se cada vez mais próxima as possibilidades da Maçonaria sair do campo da ilegalidade e o processo de pressão para que os maçons pudessem voltar novamente a se organizar de forma legal, tomou forma e irradiou-se ao longo do ano de 1945 com o sucesso de algumas oficinas que passaram a receber a ordem de funcionamento retomando assim as suas atividades.

Os primeiros focos de reestruturação das atividades maçônicas ocorreram nas lojas do interior do Estado. Como exemplo desse processo e de como o processo foi sendo encaminhado, podemos observar a solicitação analisada no parágrafo acima onde o representante da Loja Frei Caneca, da cidade de Limoeiro, reclamava os seus arquivos e materiais. Mesmo trabalhando dentro desta lógica de rearticulação das forças maçônicas, no sentido de retomar os seus trabalhos no campo da legalidade o movimento de reinício oficial dos trabalhos maçônicos em Pernambuco, teve na Loja Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns o seu ponto de partida. Seguida pelas oficinas maçônicas das cidades de Caruaru, Limoeiro e Vitória de Santo Antão⁴.

No jornal maçônico *O obreiro*⁵ num artigo assinado por um dos seus redatores, é possível encontrar um interessante depoimento sobre a situação atravessada pela maçonaria pernambucana, durante a “longa noite de intolerância”, representada pelos anos da ditadura do Estado Novo. No texto o secretário do periódico maçom, num

² Bilhete ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26/07/945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

³ Informação 4889. Recife, 09/03/1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

⁴ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4.

⁵ Idem, p.4.

exercício de memória relatando qual tinha sido à realidade atravessada pelos maçons pernambucanos nos anos da ditadura de Agamenon Magalhães, destacava que os maçons tiveram os “seus templos completamente ocupados ou desapropriados, patrimônios destruídos”. O testemunho fornecido pelo artigo constitui-se numa importante narrativa para que seja possível pensar a realidade e as experiências atravessadas pela maçonaria durante o Estado Novo.

A narrativa construída embora de maneira genérica, sem a preocupação em apontar as situações específicas vivenciadas por lojas maçônicas e seus membros durante o citado período, esforçava-se no sentido de difundir a ideia de que durante a fase de proibição legal a qual ficou submetida às atividades maçônicas no Estado, acompanhada do enrijecimento com relação a qualquer tentativa em permitir o funcionamento das lojas, não foi motivo para que os maçons, mesmo permanecendo no campo da ilegalidade, deixassem de construir formas de reunirem-se e forjar estratégias para reativar as suas atividades. O autor do artigo logo no início da sua exposição constrói uma visão de que incorreria em gravíssimo erro, aqueles que acreditavam que ao longo do Estado Novo, a maçonaria teria cessado completamente as suas atividades.

Ao pontuar tal dimensão os maçons pernambucanos pretendiam afirmar uma história de resistência frente ao autoritarismo posto em prática durante os “*Tempos de Agamenon*”. Através deste recurso, os maçons pretendiam se representar, enquanto, um grupo que, não admitia sob forma alguma os ataques que o regime de Agamenon e seus diletos colaboradores efetuavam contra as liberdades democráticas. Nessa perspectiva, encontramos no texto produzido, cerca de um ano e meio após o processo de reorganização das atividades maçônicas em Pernambuco, a imagem de que, os maçons tinham desenvolvido e articulado uma atuação, no sentido de contribuir para a volta da normalidade democrática, em um novo regime que, nas palavras do autor, teria como princípios a tríade da identidade maçônica: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Lema que segundo os maçons seria imprescindível na construção e sedimentação de um verdadeiro modelo democrático.

Mesmo tendo estes núcleos do interior reorganizando a vida maçônica ao longo do ano de 1945, somente no ano seguinte, encontraríamos um ambiente maior de reestruturação efetiva das atividades da Maçonaria. Comparando a realidade de Pernambuco a de outros estados, é possível verificar que no caso pernambucano ele aconteceu tardiamente, uma vez que, em outros estados a propaganda maçônica já havia se organizado antes mesmo do fim do Estado Novo. Uma das explicações para este descompasso se comparado a realidade de outros lugares, explica-se pelo fato, do alto nível de antimacônismo que tomava conta de vários intelectuais e pessoas ligadas ou que assumiram cargos de visibilidade no interior na administração do governo de Agamenon Magalhães, postura que começava pelo próprio Interventor. Dessa forma, ao longo do ano de 1946 encontramos nos arquivos pesquisados várias solicitações à Secretária de Segurança Pública do Estado, tanto a entrega dos arquivos e objetos

confiscados pela ordem de fechamento das lojas maçônicas, como também a autorização para a reabertura dos trabalhos⁶.

As solicitações encaminhadas pela loja maçônicas Saint George que era organizada por ingleses e antes do fechamento da maçonaria em Pernambuco funcionava no prédio da Loja Cavaleiros da Cruz, e pela a Loja Segredo e Verdade, localizada na cidade de Vitória de Santo Antão, foram enviadas em 1946 à Secretária de Segurança Pública do Estado, solicitando dela autorização de funcionamento ao mesmo tempo em que, reclamavam a devolução dos seus arquivos⁷.

Analisando os pedidos enviados às autoridades policiais, tanto pelas lojas maçônicas da capital quanto pelas do interior, observamos a lentidão e a forte burocratização no sentido de devolver o material confiscado. No caso da Loja Saint George foram enviados dois ofícios, redigidos por membros da oficina reclamando a liberação das atividades e o envio dos arquivos e materiais confiscados o primeiro no dia 22 de janeiro e o segundo, no mês de maio de 1946. Somente no ultimo oficio as autoridades policiais fornecem um parecer, a respeito da localização dos arquivos reclamados Já no caso da loja maçônica Segredo e Verdade, o Comissário Chefe do Arquivo analisando oficio n.341 expedido pelo Delegado Regional da 1ª Zona, com sede na cidade de Vitória, enviou a Fábio Amorim na época responsável pela 2ª Delegacia Auxiliar da Capital, um documento onde declarava que já havia realizado à apreensão do material da Loja Segredo e Verdade. No mesmo oficio, na lateral do documento, é possível observar a seguinte anotação “não foi recebido os objetos de que trata este oficio”, logo embaixo desta declaração encontramos a data 28/10/1937 e a assinatura do responsável em conferir o recebimento do material apreendido⁸.

Mesmo, utilizando como exemplo, estas duas lojas maçônicas, tal situação de extravio ou desaparecimento dos arquivos maçônicos, ocorreram noutras oficinas maçônicas do Estado. Tendo algumas delas perdido o seu material, sem saber qual o paradeiro do mesmo. O que nos ajuda a observar, a pouca ou quase nenhuma preocupação, por parte do poder público, em guardar os arquivos das instituições alvo de repressão, perspectiva aceitável para um regime ditatorial onde, o fato de não preservar os arquivos e objetos apreendidos tornava-se um elemento a mais no sentido de dificultar à mobilização destes segmentos.

Outra questão relacionada à apresentada no parágrafo acima, diz respeito aos motivos que fizeram com que, as lojas do interior do estado se mobilizassem antes das lojas da Capital. Acreditamos que a resposta para este questionamento pode ser vislumbrada a partir das sugestões levantadas por Araújo no artigo que já analisamos, sobre a Maçonaria Ilegal⁹. Como o autor apontava, é bem provável que os irmãos maçons do interior devido ao fato da ação dos investigadores e da repressão serem

⁶ Silva, Augusto César Acioly Paz. **Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940** / Augusto César Acioly Paz Silva. – Recife: Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2013. 225p.

⁷ Ofício da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22/01/1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE; Ofício nº 91.. Vitória de Santo Antão, 14/06/1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

⁸ Resende, Carlos. Ofício n.341. Vitória de Santo Antão, 27 de outubro 1937, p.1.

⁹ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4.

menos efetivas naquelas cidades possibilitou que os maçons continuassem a se reunir em outros espaços fortalecendo-se assim os seus vínculos de solidariedade. O que de certa forma colaborou para que eles se mobilizassem cada vez mais, principalmente devido o crescente desgaste do regime estadonovista, aspecto que os ajudou no processo de reiniciar mais cedo os seus trabalhos.

A partir de 1947, observamos que os maçons pernambucanos retomaram as suas atividades de maneira muito mais intensa, com boa parte das lojas da capital e do interior funcionando sem grandes impedimentos. Durante esse ano o núcleo maçom da capital tentou também retomar as suas atividades no campo da imprensa, por meio de um periódico lançado no mês de maio, mas que publicou somente um número. Este jornal denominado *O obreiro*, termo utilizado para referir-se ao maçom, seguia a mesma lógica das publicações anteriores, a de se constituir num espaço de propaganda da instituição. Aspecto importante principalmente após o período de repressão representado pelo Estado Novo, onde um dos seus alvos foi a Maçonaria.

Mesmo sendo publicado apenas um único número, o *Obreiro* trazia informações importantes a respeito do momento de ressurgimento da propaganda maçônica nas terras pernambucanas no pós-Estado Novo. Composto por três redatores Artur Rodrigues Neves, que colaborou num jornal de mesmo nome ligado à Aliança Evangélica de Obreiros Leigos; V. de Araújo e S. Medeiros, o primeiro e único número, foi lançado com a preocupação de, tornar-se um veiculador legítimo, do que um dos colaboradores chamou de “moral Maçônica”. Trazendo nas suas páginas, discussões e notícia relacionadas ao ambiente maçônico, uma das suas diretrizes era o de tornar-se também um espaço de divulgação dos princípios e orientações da instituição¹⁰. (NASCIMENTO, 1997, p. 173).

Neste sentido, o *Obreiro* não se diferenciava dos outros periódicos lançados pela Maçonaria nas décadas iniciais do século XX e no ano 1932-34. Todos os periódicos maçônicos tinham como preocupação central, dar publicidade às ações maçônicas, ao mesmo tempo em que se esforçavam na formulação de uma imagem positiva e propositiva para sociedade sobre as suas ações e seus ideais. Não fugindo a tal preocupação os redatores d’*O Obreiro* no número de estreia além de formularem a sua visão e imagem sobre a atuação da Maçonaria nos duros anos do Estado Novo em Pernambuco, mostrando que, mesmo na ilegalidade não haviam desarticulado totalmente as suas atividades, graças à “aqueles que foram maçons [de] índole ou principio,[que] continuaram dentro do silêncio, o trabalho penoso e sacrificado da ilegalidade”¹¹.

Ao difundirem tal imagem pretendiam, afirmar e construir uma identidade do grupo, tendo a preocupação em distinguir aqueles que teriam permanecido fieis aos ensinamentos maçônicos, através de tal recurso os editores do periódico maçom, fomentavam a visão de que as forças maçônicas ao longo do Estado Novo assumiram muito mais um papel de resistência do que de desorganização.

¹⁰ A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. *O Obreiro*, Recife 25/05/1947, p.2.

¹¹ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4

Além da divulgação deste ideário, uma parte, das matérias veiculadas neste número do Obreiro noticiava a “Festa Branca” que reinaugurou a sagração do templo da Loja Segredo e Amor da Ordem, na cidade do Recife, espaço que voltava a ser utilizado pela comunidade maçônica da cidade, e que congregava outras oficinas além da loja Segredo e Amor da Ordem. Esta atividade ocorreu no início de maio de 1947, e tomou grandes proporções inclusive no seio da maçonaria nordestina, com a presença de várias autoridades, dentre elas a de maçons do estado da Paraíba, como: Pedro Aragão, maçom graduado, da cidade de Campina Grande que ficou responsável pelo pronunciamento da conferência aberta à sociedade e que tinha como temas norteadores o verdadeiro significado da Maçonaria e a sua importância na ordem moral, filosófica e política¹².

Discorrendo a respeito dessas questões na sua conferência o representante do Oriente¹³ de Campina Grande, traçou, nas suas observações uma visão laudatória sobre a instituição, aspecto que não seria incomum tratando-se de alguém ligado a Maçonaria e que se propunha a falar sobre a instituição e destacar seus objetivos e virtudes. Em seu pronunciamento Pedro Aragão versou sobre como a Maçonaria constituía-se numa espécie de centro irradiador de princípios verdadeiros e relevantes, onde se destacava à defesa da filosofia, da moral e da política. Refletindo Sob os dois primeiros aspectos, o conferencista afirmou que tanto uma ordem moral como filosófica de inclinação maçônica só tornar-se-ia concreta se cada um dos seus membros colocasse, enquanto, horizonte uma posição de compromisso com a promoção e a busca desinteressada pela verdade. Com relação, à dimensão política, Aragão se reportava a tradição maçônica de defesa e luta pelos princípios liberais, destacando que “a Democracia é uma obra de realização da Maçonaria”¹⁴.

Ao valorizar os princípios democráticos, como maçônicos, Pedro Aragão, procurava enfatizar que, o legado da Maçonaria, enquanto instituição transcendia os limites do tempo e que tinham uma preocupação efetiva com a sociedade e o bem comum. Além de pontuar, que a defesa de tal princípio a colocava na base de formação da sociedade ocidental, dentro de aspectos não somente morais ou filosóficos, como pretendia ponderar o conferencista. Mas também na própria ordem política e social, através da defesa dos princípios liberais e da própria democracia enquanto valores que fundaram uma nova sociedade, com costumes políticos diferentes daqueles que existiam em regimes absolutistas e autoritários. Tal lembrança, reavivada num período pós-ditadura, possuía um efeito muito claro: o de que, tais valores, mesmo com a repressão sofrida pelos maçons pernambucanos durante os anos do Estado Novo, não afastou deles a defesa intransigente dos ideais democráticos.

Mesmo pretendendo-se representar, como paladinos de uma sociedade democrática e liberal, os maçons pernambucanos, vinculados ao Obreiro não tinham

¹² ARAGÃO, Pedro. Conferência na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.

¹³Local da Loja onde fica o Venerável Mestre, também corresponde à denominação de lugar ou cidade onde se encontra a Loja Maçônica. IN: FILHO, Plínio Barroso de Castro. Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no Brasil. Curitiba p, 26. IN: www.inspetoria.org.br. Acesso: 16/06/2014.

¹⁴ Idem, p.6.

atitudes e posições tão liberais assim, quando se tratava de alguns temas, dentre eles o relacionado à questão da aceitação da Maçonaria feminina. Sobre esse assunto, os editores do periódico *maçom*, expressando uma visão corrente no interior da própria maçonaria pernambucana, ao invés de produzir uma avaliação mais isenta em torno do tema da “Maçonaria Mista” não a via com bons olhos, questão que não era aceita somente em Pernambuco, mas de forma geral no seio da maçonaria internacional. Os argumentos apresentados pelos redatores do periódico, para sustentar a não aprovação de uma organização maçônica, que tivesse como composição a convivência dos dois sexos, orientava-se nos argumentos expressos abaixo:

A economia domestica, os afazeres cotidianos do lar, a labuta incessante das matronas dignas dirigentes dos seus afanosos deveres na formação de caracteres e orientação da oficina simbólica das mil e uma atividades do lar, não fora o bastante para tomar-lhes o tempo e ocupar-lhes as mentes e os corações¹⁵.

Como podemos observar as justificativas apontadas pelo autor do artigo seguia claramente uma lógica machista e sexista em relação a relação mulher e a sua possível aceitação por parte da Maçonaria. Tais argumentos, urdidos dentro de uma perspectiva pouco liberal e moderna confrontava a imagem progressista que muitas vezes os maçons pretendiam construir sobre si mesmo. Uma das justificativas construída pelo articulista, para destacar, a incapacidade de termos uma maçonaria feminina, residia no fato de que, as mulheres tinham papéis sociais muito bem definidos, sendo o principal deles, o desempenho das funções domésticas evidenciadas pelo autor no texto e observadas como se fossem quase que atribuições intrínsecas à “natureza feminina”, criando uma naturalização dos papéis sociais.

Ao evidenciar tais posicionamentos com relação à mulher, não encontramos nos intelectuais maçons nenhuma defesa dos princípios de igualdade e democracia, tão vivamente defendidos no discurso maçônico produzido, por exemplo, pelo orador Pedro Aragão na sessão solene de reabertura do templo da Loja Segredo e Amor da Ordem. Diante de tais argumentos, a compreensão de mundo veiculada pelo Obreiro, com relação a questão da participação da mulher nas Lojas Maçônicas, era tácita e guiava-se pela visão de que homens e mulheres tinham funções sociais muito bem definidas, que não podiam e nem deviam ser desorganizadas. Este exemplo deixava, de maneira muito evidente os limites entre a imagem que os maçons pretendiam formular sobre suas práticas, chamando para si, a qualidade de defensores da igualdade, democracia e progresso, podendo observar que sobre este caso eles não assumiram a posição de vanguarda que pretensamente se colocavam.

Ao mesmo tempo em que os artigos escritos pelos maçons, tinham como preocupação evidenciar os pontos de vista maçônicos a respeito de várias questões, esta publicação também, como todo veículo ligado à vida institucional de uma entidade, preocupou-se em inserir notícias que mostrassem o cotidiano maçônico na cidade do

¹⁵ A Mulher e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.

Recife e do estado, informando, por exemplo, as lojas maçônicas existentes e os seus dias de reunião.

A vida efêmera do jornal maçom, que não passou do primeiro e único número, pode ser explicada dentro do contexto da pouca organização maçônica e de forte dificuldade financeiras atravessadas por elas, estes elementos são motivos importantes e potenciais para que possamos compreender porque o Obreiro não conseguiu se estabelecer no universo da imprensa pernambucana. Mesmo com toda esta limitação, este periódico de publicidade maçônica, constitui-se numa fonte importante, para que possamos compreender o processo de reorganização da Maçonaria pernambucana no período pós-Estado Novo.

Ainda com relação à imprensa maçônica no período posterior ao governo de Agamenon Magalhães, observamos que não encontramos em Pernambuco jornais ou revistas que cobrissem um período ininterrupto de propaganda e publicidade de suas ações. Constatamos uma descontinuidade das publicações relacionadas à Maçonaria, sendo na maioria periódicos de um conjunto de lojas ou de um grupo de maçons, como foi o caso do Obreiro, muitas vezes não conseguindo animar os corpos maçônicos que detinham o poder no Estado.

Como exemplos de iniciativa, no período pós-Estado Novo, no sentido de se construir uma imprensa maçônica no estado encontramos cerca de quatro anos, após o lançamento do Obreiro já na década de 1950, O malhete, jornal que seria publicado de 1951 a 1954. Nas pesquisas que realizamos, na hemeroteca do Arquivo Público Jordão Emerenciano em Pernambuco, observamos que as citadas publicações não tinham uma periodicidade regular. O outro exemplo foi o Boletim maçônico de 1953, que como O malhete carecia de uma maior regularidade com relação à publicação, sendo localizado daquele somente os números 13-14, referentes a março e abril de 1954.

Mesmo após o final do Estado Novo e a saída de algumas lideranças de tendência conservadora e antimaçônica dos espaços de poder no governo, encontraremos ainda permanências de uma visão negativa a respeito da Maçonaria no interior da sociedade pernambucana. Um exemplo concreto da continuidade dessa mentalidade eivada de antimaçonismo e que ganhou destaque na imprensa pernambucana, chegando às ruas e trazendo novamente a discussão a respeito do caráter nefasto representado pela Maçonaria, podia ser observada nas primeiras semanas do mês de maio de 1950, quando as autoridades religiosas ligadas à Igreja Católica local, de tendência mais conservadora, resolveram afastar os maçons das irmandades, essa “limpeza” começou pela irmandade da Conceição do Militares sediada na cidade do Recife, assunto que tomou conta das rodas de debate nas ruas da cidade, não deixava de reavivar a memória da Questão Religiosa, ocorrida no século XIX.

O caso em questão ganhou destaque e repercussão nas páginas do Diário da Manhã por meio de uma matéria onde com o título em destaque, o jornal reproduzia: “Maçonaria, um movimento paralelo ao Comunismo”, título que, como se podia ver retomava o antigo discurso, pretendendo reativar, sobre a Maçonaria a suspeita de que existiam laços fortes que relacionavam o ideário político comunista à instituição. A diferença que encontrávamos se relacionada ao que era veiculado nos órgãos de imprensa ligados ao catolicismo, estava nos depoimentos do Pe. Aloisio Mosca,

intelectual e representante de destaque do catolicismo local que não conduzia a sua argumentação dentro de uma interpretação antissemita, como era praticada nas décadas de 1930 e 40.

Tal combinação, com certeza, foi evitada de ser verbalizada, depois de todo o horror que o ideário antissemita provocou ao mundo, com a publicidade que, no pós-guerra ganhou evidência da política imposta pelo nazismo, aos judeus. Na matéria em questão, o religioso Jesuíta esforçava-se em reafirmar as táticas perigosas da Maçonaria com relação à sociedade, destacando além de suas possíveis ligações com o ideário comunista. A nova frente de ataque da Maçonaria, que nas palavras do Jesuíta, seria a defesa pela emancipação política feminina. Nas considerações do Padre Mosca, este súbito interesse apresentado pela Maçonaria, na verdade, camuflava outros interesses: A Maçonaria até bem poucos anos foi o adversário mais intransigente da emancipação política da mulher. Porque? Porque ela sabe que geralmente a psicologia religiosa da mulher conserva muito melhor o patrimônio da fé católica do que o homem. Já se pode avaliar a consequência, se a mulher com esse espírito religioso e católico puder influir com seu voto no destino da nação. E nos países em que a mulher goza de emancipação política procuram os maçons dar à mulher competente educação maçônica¹⁶.

Ao apresentar essa versão o Pe. Mosca, professor da Faculdade Manuel da Nóbrega retomava a perspectiva de demonstrar que, por trás da defesa de questões que a Maçonaria elencava como sendo liberais ou libertadoras, estaria na verdade o interesse de manipular, combater e perseguir a Igreja. E que, no caso da mulher se materializava na tentativa de afastá-la do raio de influência da religiosidade católica. Outro foco de ataque da Maçonaria e que batia frontalmente nos interesses da Igreja Católica, como analisava o Jesuíta, era voltado à educação antiga arena de combate entre as duas instituições.

Justificando ainda, a posição das autoridades eclesiásticas do Recife, com relação à Maçonaria, o religioso Jesuíta destacava outros argumentos para combater o maçonismo e suas manobras. Entre elas o fato de que a Maçonaria constituía-se num movimento paralelo ao comunismo, e, por conta de tal aspecto que havia sido evidenciado pelos mais sagazes observadores, como analisava o jesuíta, tanto o comunismo quanto a Maçonaria estariam preocupados na implantação de um “Estado Marxista e uma Igreja Maçônica”.

Finalizando as suas considerações a respeito da resolução tomada pelo clero pernambucano, o Padre Mosca afirmava que, a interdição dos maçons na participação das irmandades religiosas era completamente legal, uma vez que, além de ser uma instituição anticatólica o envolvimento de fieis católicos com a Maçonaria representava uma falta de fé. Sendo assim, o Jesuíta concluía: “A Igreja com a expulsão dos maçons não fez nada mais de que cumprir seu dever, aplicando determinações já anteriormente impostas”¹⁷. (Grifamos).

¹⁶ Sem autor. Maçonaria, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16/03/1950, s/p.

¹⁷ Idem, Ibidem.

A matéria no Diário da Manhã, que deu publicidade sobre esse caso enfatizou mais as considerações negativas e a análise empreendida pelo Pe. Aloisio Mosca, do que a versão apresentada pelo então Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco, Prof. Jaime de Oliveira, Diretor da Escola Politécnica de Pernambuco, que, na sua análise a respeito do procedimento das autoridades religiosas, ocupou nas páginas do jornal um espaço pequeno, que no interior da estética de diagramação do periódico localizava-se no final da matéria. Proporção bem diferente dada a análise do religioso Jesuíta que ocupou todo o resto das páginas da publicação.

Tal desigualdade na apresentação das versões, nos ajuda a perceber como por parte dos redatores do jornal, a preocupação em contemplar, muito mais a visão religiosa sobre a questão foi mais evidente. A veiculação desta matéria contribuía no sentido de acentuar mais ainda os preconceitos e estereótipos em relação aos maçons, não procurando de maneira alguma, haja vista o recurso de diagramação que usou e o espaço fraqueado a cada uma das partes, uma visão mais isenta com relação à questão. Por trás dessa desigualdade é possível ainda entrevermos permanências de traços de uma forte visão antimaçônica.

A polêmica estabelecida pela interdição à participação dos maçons nas irmandades religiosas recifenses efetuadas pelo clero pernambucano em meados de maio de 1950 constituía-se em mais um dos capítulos do forte antimaçonismo que tinha suas permanências no interior do ideário católico e que sofria periodicamente reatualizações. Neste sentido, a preocupação em despertar um sentimento de periculosidade maçônica, não cessava, mas eram retomadas ora a Maçonaria sendo pintada nas cores de uma instituição revolucionária e confabuladora, e noutros momentos acrescidos a estas características a de constituir-se num espaço a serviço dos judeus ou do comunismo, como vimos ao longo das décadas de 1930 e de 1940, que se mostrava de maneira bem mais forte no interior do discurso da intelectualidade católica.

Tais representações, mesmo sofrendo variações, no que diz respeito às finalidades e associações maçônicas, ao longo do tempo, acabavam condensando uma perspectiva bem precisa, ou seja, os maçons e a Maçonaria, devido à sua defesa aos ideais liberais, constituíam-se num agente perigoso na proliferação de projetos políticos e formas de pensamento que tendiam a romper com uma tradição, defendida pelos intelectuais católicos e conservadores pernambucanos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias impressas (citadas)

Resende, Carlos. Ofício n.341. Vitória de Santo Antão, 27 de outubro 1937, p.1. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE

Ofício da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22/01/1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE

Ofício nº 91. Vitória de Santo Antão, 14/06/1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

Bilhete ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26/07/945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

Informação 4889. Recife, 09/03/1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE

Artigos de Jornais

ARAGÃO, Pedro. Conferencia na Loja Maçonica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife, mai.1947, p.1

ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4

A Mulher e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife, mai. 1947, p.1.

A.M. Campanha pró-imprensa Maçonica. *O Obreiro*, Recife mai.1947, p.2.
Sem autor. Maçonaria, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16/03/1950, s/p.

Sites Pesquisados

FILHO, Plinio Barroso de Castro. Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no brasil. Curitiba p, 26. IN: www.inspetoria.org.br. Acesso: 16/06/2014.

Artigos, Livros e Teses

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. **A Construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ARÃO, Manoel. **História da Maçonaria no Brasil**. Recife: Edição do autor, 1926. V.1.

AZEVEDO, Celia Marinho. **Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais**. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Cecília. *et al.* **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BASTOS, Elide Rugai. *et al.* **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

_____. "A Besta Anti-clerical a Solta": Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. (Org.). **PESQUISA EM HISTÓRIA: temas e abordagens**. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, v. 1, p. 113-134.

_____. **Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912).** In: MACEDO, Helder Alexandre. (Org.). **Capítulos de História do Norte-Nordeste: poder, cultura e sociedade.** 1ed. Florianópolis; Carnaúba dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011, v. 1, p. 3-189.

_____. **Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940.** Recife: Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2013. 225p.